

A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Adriele Helena Belli¹, Amanda Cristina Marangoni², Daniele Fernanda da Silva³, Helen Karina Alexandre Vicente⁴, Karina Cristina Lombardo⁵, Márcia Regina Picinin Danieli⁶

¹ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil. (email adrielecobra@yahoo.com.br) ²Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil. ³ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil, ⁴ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil ⁵ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil ⁶ Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, Brasil

Resumo: Este trabalho analisa a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, destacando o papel da escola e da formação docente na promoção de práticas pedagógicas antirracistas. Por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em legislação e produções científicas, conclui-se que a valorização da diversidade desde a infância contribui para o respeito às diferenças, o fortalecimento da identidade e a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Educação Infantil. Relações Étnico-Raciais. Educação Antirracista. Formação Docente. Diversidade.

INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como um dos principais instrumentos para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com os princípios da igualdade, da justiça social e do respeito às diferenças. Nesse contexto, a Educação Infantil ocupa lugar de destaque por representar a primeira etapa da Educação Básica, período em que as crianças iniciam a construção de sua identidade, desenvolvem valores, estabelecem relações sociais e elaboram percepções sobre si mesmas e sobre o outro. Assim, as experiências

vivenciadas nesse espaço influenciam diretamente a maneira como as diferenças étnico-raciais serão compreendidas ao longo da vida.

Nas últimas décadas, o debate acerca das relações étnico-raciais ganhou maior visibilidade no cenário educacional do país, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as etapas da escolarização.

No entanto, embora existam conquistas legais evidentes, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta entraves. A implementação da educação para as Relações Étnico-Raciais depende não apenas da existência da lei, mas também da formação inicial e continuada dos professores, da revisão dos currículos, da seleção de materiais didáticos representativos e do desenvolvimento de abordagens que valorizem as diferentes identidades culturais desde a primeira infância.

Nesse sentido, a etapa inicial da Educação Básica apresenta características singulares que tornam esse trabalho ainda mais relevante. É durante os primeiros anos de vida que as crianças começam a perceber as diferenças físicas, culturais e sociais entre as pessoas, formulando conceitos sobre pertencimento e diversidade. Por essa razão, práticas fundamentadas na representatividade positiva e na valorização das culturas afro-brasileiras e africanas contribuem significativamente para a construção de relações mais igualitárias e para a prevenção de atitudes discriminatórias.

Compreender a educação antirracista como uma prática cotidiana implica reconhecer que o trabalho docente vai muito além do cumprimento de conteúdos curriculares. Educar para a diversidade significa revisar concepções, romper com hábitos naturalizados e construir ambientes em que todos os indivíduos se sintam representados, acolhidos e respeitados. Como destacam Jesus e Brito (2025), toda ação pedagógica comunica valores e pode contribuir tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento das desigualdades raciais, tornando indispensável uma atitude crítica e intencional dos profissionais da área.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, destacando as

dificuldades enfrentadas pelos docentes e as possibilidades de construção de uma práxis antirracista capaz de promover o respeito mútuo desde a infância. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações correlatas, buscando compreender como a instituição escolar pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com uma sociedade democrática e livre de preconceitos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre o tema na primeira infância, oferecendo subsídios teóricos que fortaleçam o trabalho pedagógico e incentivem a construção de espaços educativos verdadeiramente inclusivos, democráticos e comprometidos com a promoção da igualdade racial desde os primeiros anos de vida escolar.

2 A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial representa uma conquista histórica dos movimentos sociais, especialmente do segmento negro no país, que durante décadas reivindicou o reconhecimento da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da identidade nacional. Durante muito tempo, a escola brasileira reproduziu uma perspectiva eurocêntrica de ensino, invisibilizando a participação de matrizes africanas, indígenas e de outros grupos étnicos na constituição da sociedade. Como consequência, estereótipos, preconceitos e condutas discriminatórias foram naturalizados no ambiente escolar, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais e raciais.

Nesse cenário, a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representou um marco importante ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a Educação Básica. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também a história e a cultura dos povos indígenas, fortalecendo a perspectiva de um ensino voltado para o reconhecimento da pluralidade cultural do país.

Essas normativas não se restringem à inclusão de conteúdos curriculares, mas propõem uma mudança de paradigma educacional. A Educação para as Relações Étnico-Raciais busca promover o reconhecimento das diferenças, combater preconceitos e construir relações sociais fundamentadas no respeito, na equidade e na valorização da diversidade. Trata-se de compreender que a instituição escolar exerce papel fundamental na formação das identidades e na desconstrução de estigmas historicamente construídos.

Conforme destacam Santos, Pinheiro e Amorim (2023), a implementação da Lei nº 10.639/2003 continua enfrentando inúmeros desafios, principalmente relacionados à formação docente e à produção de materiais didáticos adequados. Segundo as autoras,

"Compreendemos que com a Lei n.º 10.639/03 infere-se à educação brasileira a obrigação de uma educação antirracista que supere as práticas de discriminação raciais. No entanto, segundo Gomes (2012), observamos que nas instituições de ensino, especialmente na educação básica, a validação da lei não tem se efetivado por uma série de razões [...]. O que se percebe, mesmo após a criação da referida lei, é a permanência de uma escola reprodutora das desigualdades e dos preconceitos presentes na sociedade."

A citação evidencia que a existência da legislação, por si só, não garante mudanças efetivas no cotidiano escolar. A transformação depende de políticas públicas permanentes, do aperfeiçoamento continuado dos profissionais da área e do comprometimento institucional com o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabelecem que a valorização da diversidade deve atravessar todo o currículo, não podendo restringir-se a atividades pontuais realizadas apenas em datas comemorativas. A abordagem da temática deve fazer parte do dia a dia dos espaços de ensino, promovendo oportunidades para que as crianças conheçam diferentes culturas, tradições, histórias e formas de viver, desenvolvendo atitudes de respeito e sociabilidade democrática.

Na Educação Infantil, essa responsabilidade torna-se ainda mais significativa. É nessa etapa que os indivíduos iniciam a construção de sua identidade pessoal e social, aprendendo a reconhecer características próprias e dos colegas, estabelecendo vínculos afetivos e compreendendo as primeiras regras de interação. Dessa forma, experiências educativas que valorizam os diferentes pertencimentos culturais contribuem para que a pluralidade seja percebida como elemento natural da convivência humana.

Jesus e Brito (2025) ressaltam que educar para as relações étnico-raciais exige compreender que nenhuma ação pedagógica é neutra. Toda atividade desenvolvida na escola comunica valores, fortalece subjetividades e pode contribuir tanto para reproduzir quanto para enfrentar as disparidades sociais. Assim, estruturar um projeto pedagógico antirracista requer planejamento, intencionalidade e compromisso permanente com a valorização das diferentes infâncias.

Além das legislações específicas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a necessidade de desenvolver competências relacionadas à alteridade, à empatia, à cooperação e ao apreço pelas distintas culturas presentes no território nacional. Os direitos de aprendizagem da Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se; favorecem a construção de vivências que respeitem as singularidades dos pequenos e contribuam para a formação de cidadãos comprometidos com a equidade e os direitos humanos.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um período decisivo para o desenvolvimento humano. É nesse momento que as crianças iniciam a estruturação de sua identidade, desenvolvem vínculos afetivos, ampliam suas formas de comunicação e começam a compreender o mundo por meio das interações estabelecidas com seus pares, professores, familiares e com o meio em que vivem. Nesse processo, a instituição escolar

desempenha papel fundamental na formação de valores, atitudes e percepções sobre si mesmas e sobre os outros.

A identidade é edificada continuamente por meio das experiências sociais, culturais e afetivas vivenciadas pelos pequenos. Ela não é um elemento inato, mas resulta das relações estabelecidas no cotidiano, sendo influenciada pelos discursos, pelas condutas educativas, pelas representações presentes nos materiais didáticos e pelas formas como a pluralidade é reconhecida ou silenciada nos espaços coletivos. Assim, essa etapa inicial torna-se um ambiente privilegiado para promover o respeito às diferenças e fortalecer a autoestima das crianças pertencentes aos diferentes grupos étnico-raciais.

Compreender a infância como um constructo histórico, social e cultural significa reconhecer que cada indivíduo traz consigo diferentes vivências, saberes, tradições familiares e modos de ler o mundo. Essas singularidades devem ser acolhidas pela escola como elementos enriquecedores do processo educativo, rompendo com propostas homogeneizadoras que, durante muitos anos, invisibilizaram grupos historicamente marginalizados.

Segundo o documento Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil, esta etapa deve ser entendida tanto como um espaço de convivência respeitosa entre as diferenças quanto como um instrumento de transformação social capaz de formar sujeitos que compreendam a diversidade como um valor, e não como motivo para discriminação. A obra destaca que o apreço à diferença desde os primeiros anos de vida contribui para dissociar essa noção da ideia de inferioridade, favorecendo a estruturação de relações sociais mais justas e igualitárias.

Nesse sentido, a constituição da identidade racial ocorre muito precocemente. Antes mesmo da alfabetização, os pequenos observam disparidades de cor da pele, textura dos cabelos, traços físicos e costumes culturais. Essas observações, entretanto, não são realizadas de maneira isolada; elas são influenciadas pelos significados atribuídos socialmente a tais características. Quando determinados grupos aparecem pouco representados nos livros infantis, nos brinquedos, nos murais ou nas histórias contadas em sala de aula, a criança pode interpretar que essas identidades possuem menor relevância social.

Diversas pesquisas demonstram que crianças negras, ainda nos primeiros anos de vida, podem apresentar sentimentos de rejeição em relação à própria aparência quando convivem em ambientes que valorizam apenas padrões estéticos eurocêntricos. Da mesma forma, crianças brancas também podem desenvolver percepções distorcidas sobre a pluralidade quando não são estimuladas a reconhecer positivamente a contribuição histórica e cultural dos povos africanos e indígenas para a formação da sociedade.

Por esse motivo, o trabalho docente não deve limitar-se ao combate de situações explícitas de preconceito. É necessário desenvolver ações permanentes que promovam a representatividade positiva em todos os momentos da rotina. Livros infantis com protagonistas negros, bonecas de diferentes tonalidades de pele, sonoridades de matrizes africanas, brincadeiras tradicionais, manifestações culturais e projetos que valorizem povos distintos são estratégias que favorecem a estruturação de uma autoimagem positiva e fortalecem o sentimento de pertencimento.

Jesus e Brito (2025) ressaltam que a Educação das Relações Étnico-Raciais constitui um compromisso ético e político, pois toda intervenção comunica valores e influencia diretamente a maneira como os sujeitos compreendem as diferenças existentes na sociedade. As autoras afirmam que não existe neutralidade na ação educativa, uma vez que toda escolha curricular pode contribuir para combater ou reproduzir desigualdades historicamente arraigadas. Essa compreensão exige que o professor atue como mediador das relações sociais estabelecidas no espaço escolar. Sua atuação envolve observar as interações, identificar possíveis manifestações de preconceito, promover diálogos, selecionar insumos didáticos representativos e organizar experiências que favoreçam o respeito à diversidade. Mais do que transmitir conhecimentos, o docente assume a responsabilidade de consolidar um ambiente acolhedor, democrático e livre de discriminações.

Entretanto, desenvolver abordagens voltadas para a valorização da diversidade requer preparação profissional. Muitos educadores ainda relatam dificuldades para debater questões relacionadas às relações étnico-raciais, seja pela ausência dessa temática em sua formação inicial, seja pela escassez de cursos

de aperfeiçoamento continuado ou pela insegurança em tratar de assuntos considerados sensíveis. Essa realidade evidencia a necessidade de investimentos permanentes na qualificação do corpo docente.

Nesse contexto, Santos, Pinheiro e Amorim (2023) afirmam que a capacitação dos professores constitui condição essencial para consolidar um ensino antirracista, destacando que muitos profissionais não tiveram acesso, durante a graduação, aos conhecimentos referentes à história da África, à cultura afro-brasileira e às bases legais que orientam a área. Essa lacuna compromete a implementação efetiva da legislação e dificulta a edificação de práticas transformadoras.

A organização dos espaços físicos requer igual atenção. A valorização da diversidade deve estar presente na decoração da escola, nos brinquedos disponibilizados, nas ilustrações, nas obras literárias, nas músicas, nas atividades propostas e nas vivências realizadas ao longo do ano letivo. Quando a pluralidade é incorporada ao cotidiano, as crianças passam a compreender que diferentes culturas possuem igual importância e merecem reconhecimento. É fundamental que as famílias participem desse processo formativo. A aproximação entre escola e comunidade fortalece o diálogo intercultural e amplia as possibilidades de consolidação de uma educação comprometida com os direitos humanos e com a promoção da igualdade racial. Projetos desenvolvidos em parceria com os familiares, rodas de conversa, apresentações culturais e atividades que valorizem diferentes histórias de vida favorecem a criação de uma cultura escolar mais democrática e inclusiva.

Dessa forma, a Educação Infantil configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas comprometidas com a formação integral. Ao promover o reconhecimento da diversidade étnico-racial desde o início da vida escolar, a instituição contribui para o fortalecimento da identidade, da autoestima, do respeito mútuo e da construção de relações sociais pautadas na equidade, preparando os indivíduos para exercerem sua cidadania em uma sociedade plural.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A construção de uma educação comprometida com a promoção da igualdade racial depende, sobretudo, da atuação dos profissionais da área. Embora a legislação nacional tenha avançado significativamente com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, a efetivação dessas políticas públicas ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à organização curricular e à ausência de ações permanentes voltadas para a valorização da diversidade étnico-racial.

A escola exerce papel fundamental na desconstrução de preconceitos e estereótipos historicamente consolidados. Entretanto, para que essa transformação ocorra de maneira efetiva, é indispensável que o corpo docente compreenda as relações étnico-raciais como parte integrante do currículo e da formação cidadã dos pequenos, e não como um conteúdo complementar desenvolvido apenas em datas comemorativas.

A qualificação dos educadores assume papel estratégico. O professor precisa compreender os fundamentos históricos, sociais e culturais que estruturam as disparidades raciais presentes no país para que possa desenvolver um trabalho comprometido com a equidade. Esse processo envolve não apenas o conhecimento da legislação vigente, mas também a reflexão crítica sobre as próprias concepções, valores e posturas construídas ao longo de sua trajetória pessoal e profissional.

Santos, Pinheiro e Amorim (2023) ressaltam que o preparo do corpo docente constitui condição essencial para a consolidação de um ensino antirracista, afirmando que muitos profissionais ainda não receberam, durante a graduação, conhecimentos suficientes sobre a história da África, da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais. Segundo os autores,

"Segundo Munanga (2005), é direito dos (as) professores (as) ter a formação como necessidade essencial para a consolidação de uma educação antirracista, atendendo suas especificidades e garantindo, por lei, a reparação ao povo afro-brasileiro e a garantia de que seus saberes, cultura e ancestralidade sejam

asseguradas enquanto direito. [...] Para Munanga (2005, p. 63), 'a formação de professores que não tiveram em sua base de formação a história da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui um problema crucial'."

A reflexão apresentada evidencia que o enfrentamento do racismo exige investimento permanente no aperfeiçoamento dos trabalhadores do ensino. Quando o educador amplia seus conhecimentos sobre pluralidade cultural, história africana, cultura afro-brasileira e políticas voltadas à igualdade, torna-se mais preparado para identificar condutas discriminatórias, revisar metodologias e desenvolver estratégias que valorizem todas as crianças.

A fundamentação teórica caminha junto à compreensão de que a ação docente funciona como instrumento de transformação social. A sala de aula constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e valorização das diferenças. Cada escolha realizada, desde os livros utilizados até a organização dos brinquedos, músicas, histórias e atividades, comunica valores que influenciam diretamente a construção da identidade infantil.

Freire (1996) defende que ensinar não significa apenas transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para que os estudantes construam saberes por meio do diálogo, da reflexão e da participação ativa. Essa perspectiva torna-se especialmente relevante quando se discute o antirracismo na escola, pois exige uma postura crítica diante das desigualdades vigentes e disposição para transformar a rotina.

Os desafios formativos também são discutidos por Silva e Santos, ao afirmarem que a negação do racismo constitui um dos principais obstáculos para sua superação. Segundo as autoras,

Analizamos como a negação do racismo é o primeiro factor que dificulta seu combate. A desconstrução do mito da democracia racial ainda é uma tarefa necessária para o engajamento antirracista. Observamos particularidades da Educação Infantil no intuito de contribuir para práticas que envolvam também as crianças menores na compreensão da sociedade na qual estão inseridas e no combate à discriminação.

Essa reflexão demonstra que combater as discriminações na instituição exige, inicialmente, reconhecer sua existência. Durante muitos anos predominou no Brasil o chamado mito da democracia racial, segundo o qual haveria convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos. Entretanto, inúmeras pesquisas evidenciam que barreiras de acesso, oportunidades e representatividade continuam presentes em diversos espaços sociais, inclusive no sistema educacional.

O trabalho de intervenção precisa ultrapassar ações isoladas e assumir caráter permanente. A promoção da igualdade racial deve estar presente no Projeto Político-Pedagógico, no planejamento anual, na organização dos ambientes, na escolha dos materiais didáticos e nas experiências oferecidas às crianças diariamente.

Entre as principais dinâmicas de acolhimento desenvolvidas na Educação Infantil destacam-se a utilização de literatura com protagonistas negros e indígenas, a disponibilização de brinquedos que representem diferentes grupos étnicos, a valorização das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, o desenvolvimento de projetos sobre ancestralidade, identidade e pluralidade, junto à realização de brincadeiras, músicas e contação de histórias que apresentem positivamente as matrizes culturais do país.

O documento Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil enfatiza que esta etapa possui dupla função: garantir às crianças experiências positivas de convivência com a diversidade e contribuir para a formação de uma sociedade livre do preconceito. Conforme destacado na apresentação da obra,

"A educação infantil pode ser entendida [...] como território em que deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diferença. O segundo como instrumento de transformação social no sentido em que forma a primeira infância para valorizar positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade, de tal sorte que a médio e longo prazos o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade."

Essa perspectiva reforça que o trabalho desenvolvido na primeira infância possui impactos que ultrapassam os limites físicos da escola. Crianças que convivem

desde cedo com vivências de valorização da pluralidade tendem a desenvolver relações mais respeitadas, empáticas e democráticas ao longo de sua vida.

A organização do ambiente físico requer atenção indispensável. Os espaços educativos também ensinam. Murais, cartazes, brinquedos, livros, jogos, fantasias e materiais utilizados diariamente devem contemplar a diversidade existente na população. Quando os pequenos encontram representatividade positiva em seu cotidiano, fortalecem sua autoestima, desenvolvem sentimento de pertencimento e reconhecem que todas as manifestações possuem igual importância.

O diálogo com as famílias amplia significativamente os resultados das propostas curriculares. Projetos envolvendo a comunidade, rodas de conversa, oficinas, participação de representantes das coletividades negras e indígenas e valorização das memórias familiares fortalecem o compromisso coletivo com a construção de um ambiente inclusivo.

Desenvolver uma práxis antirracista não significa apenas abordar conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira em momentos específicos do calendário letivo. Trata-se de consolidar uma postura ética permanente, fundamentada no respeito aos direitos humanos, no apreço às diferenças e no compromisso com a justiça social. Assim, a formação contínua, aliada ao planejamento intencional e à utilização de metodologias inclusivas, constitui um dos principais caminhos para transformar a Educação Infantil em um espaço de promoção da igualdade, fortalecendo a cidadania desde os primeiros anos de vida.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, identificando os principais desafios enfrentados pelos docentes e as possibilidades de consolidação de uma práxis antirracista desde a primeira infância. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental realizada, constatou-se que a inserção dessa temática no ambiente escolar vai muito além do mero cumprimento de exigências normativas; trata-se de um compromisso ético e político indissociável da formação humana integral.

Os referenciais teóricos analisados evidenciam que é nos primeiros anos de vida que os indivíduos iniciam a estruturação de sua identidade, percepção de si e do outro. Nesse estágio do desenvolvimento, a ausência de representatividade positiva nos recursos didáticos, nos brinquedos e nos espaços físicos atua como um mecanismo silencioso de exclusão, capaz de afetar a autoestima de crianças negras e indígenas e perpetuar distorções estéticas eurocêtricas. Em contrapartida, quando a pluralidade cultural é incorporada de maneira intencional e contínua à rotina escolar, as diferenças passam a ser vivenciadas como elementos naturais da convivência humana, dissociando a noção de diversidade de qualquer ideia de inferioridade.

Embora o arcabouço legal brasileiro — capitaneado pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 — represente um marco histórico inquestionável, a literatura aponta que a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras complexas. O principal entrave identificado reside na formação de professores. Persiste uma lacuna histórica nos cursos de graduação e licenciatura, que muitas vezes não preparam os futuros profissionais para debater a história da África, as culturas afro-brasileira e indígena e o próprio funcionamento do racismo estrutural. Essa defasagem gera insegurança no trabalho docente, limitando a abordagem do tema a eventos pontuais ou datas comemorativas do calendário letivo.

Para superar esses obstáculos, este estudo ressalta que a transformação da realidade escolar exige o reconhecimento prévio da existência das discriminações, rompendo em definitivo com o mito da democracia racial. O combate ao racismo na infância requer planejamento intencional e transversal, que perpassasse o Projeto Político-Pedagógico da instituição, a escolha de materiais representativos (como literatura com protagonistas negros, bonecas com diferentes tonalidades de pele e manifestações de matrizes africanas), a reorganização visual dos espaços coletivos e a parceria estreita com as famílias e a comunidade circundante.

Conclui-se, portanto, que a Educação Infantil configura-se como o território primordial para a prevenção de atitudes discriminatórias e para a edificação de relações sociais pautadas na equidade. Espera-se que esta pesquisa possa oferecer subsídios teóricos relevantes para o campo acadêmico e para a atuação

de profissionais da área, estimulando novos investimentos em programas permanentes de formação continuada. Afinal, intervir na infância sob uma perspectiva antirracista é plantar as bases necessárias para a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática, justa e livre de preconceitos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Práticas pedagógicas para a igualdade racial na educação infantil**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores(as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

JESUS, Gleide Ferreira de; BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. **El, professora! Vamos conversar? Relações étnico-raciais na Educação Infantil**. Araraquara: Letraria, 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Dayse Costa dos; PINHEIRO, Delza Cristina; AMORIM, Elisangela Santos de. **A educação étnico-racial na formação de professores(as)**. In: *Diálogos interdisciplinares na educação básica*. v. 1. São Luís: Editora Científica Digital, 2023.

SILVA, Carolinne Mendes da; SANTOS, Eva Aparecida dos. **Os desafios para a formação de educadores para as relações étnico-raciais**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, NEER/DC/COPED, 2022.